

D. Lourenço Vicente: presenças e ausências heráldicas ¹

JOÃO ANTÓNIO PORTUGAL

MIGUEL METELO DE SEIXAS ²

ORCID: 0000-0002-2392-3567
Instituto Português de Heráldica
joao.a.pt@gmail.com

ORCID: 0000-0002-0811-573X
Instituto de Estudos Medievais (NOVA FCSH) | Instituto Português de Heráldica
miguelmeteloseixas@fcsch.unl.pt

Resumo

O presente texto propõe uma reflexão sobre os usos heráldicos de D. Lourenço Vicente, com base quer nos seus selos conhecidos, quer nas pedras de armas e outras manifestações patrimoniais que subsistem na sé de Braga, onde este arcebispo foi sepultado, quer ainda numa iluminura de Jehan de Wavrin. Tais usos inscrevem-se no âmbito das partilhas heráldicas características do período tardo-medieval, revelando as conexões devocionais, políticas e emblemáticas que uniam o arcebispo de Braga a outros partidários da causa da independência no contexto da crise dinástica de 1383-1385 e do advento da dinastia de Avis. Numa segunda parte, analisa-se o património heráldico subsistente na vila da Lourinhã e em particular na sua igreja matriz, de que se encontra ausente a emblemática do arcebispo D. Lourenço Vicente, mas que aponta para outras possíveis conexões linhagísticas.

Palavras-Chave: Heráldica; empresas; partilhas heráldicas; cultura visual; D. Lourenço Vicente; Lourinhã.

Abstract

The present text proposes a reflection on the heraldic usages of D. Lourenço Vicente, based either on his known seals, or on the arms carved in stone or wood that subsist in the See of Braga, where this archbishop was buried, or on an illumination by Jehan de Wavrin. Such uses fall within the scope of the heraldic shares characteristic of the late medieval period, revealing the devotional, political and emblematic connections which united the archbishop of Braga with other supporters of the cause of independence in the context of the dynastic crisis of 1383-1385 and the advent of the dynasty of Avis. The second part analyses the heraldic heritage of the town of Lourinhã, and in particular of its parish church, from which the emblems of Archbishop Lourenço Vicente are absent, but which points to other possible connections in terms of lineage.

Keywords: Heraldry; badges; emblematic sharing; visual culture; D. Lourenço Vicente; Lourinhã

¹ Os autores não seguem o Acordo Ortográfico.

² Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. - no âmbito da Norma Transitória - DL 57/2016/CP1453/CT0041, e dos projectos estratégicos UIDB/00749/2020 e UIDP/00749/2020.

A presente reflexão pretende abordar a heráldica de D. Lourenço Vicente nas faces da sua visibilidade e, complementarmente, da sua invisibilidade. Que o antístite tenha feito uso de heráldica, não causa qualquer dúvida e disso temos ainda testemunhos. Mas convém perceber o enquadramento cultural de tais usos: qual seria a atitude de um prelado do século XIV face à heráldica? Na verdade, o posicionamento da Igreja a este respeito começou por ser de alguma reserva. Quando surgiram no século XII, os emblemas heráldicos formaram-se como um código de representação ligado aos campos de batalha e aos valores nobiliárquicos, que serviram de fonte primeira para a constituição de uma estética própria da heráldica³. Tanto a simplicidade das composições, como o reduzido número de cores, a preferência por elementos geométricos e a estilização extremada das figuras evidenciavam essa origem guerreira e nobiliárquica. O mesmo se poderá dizer da eleição de uma peça de armamento, o escudo, como suporte privilegiado para a representação dos emblemas heráldicos, depois completado por uma série de elementos externos igualmente derivados dos usos bélicos⁴. A própria terminologia consagrou tal ligação: estes emblemas receberam a designação genérica de *armas*, ao passo que a linguagem usada para descrevê-los, fixada a partir dos séculos XIII e XIV, evidenciava uma nítida predileção pela terminologia cavaleiresca.

Deste modo, na sua origem, a heráldica cultivou uma relação privilegiada com o universo da guerra e da nobreza, acentuada à medida que se desenvolviam a literatura épica e a ética da cavalaria. Não admira, portanto, que o clero dos séculos XII-XIII tenha observado o fenómeno heráldico, de modo geral, com alguma suspeita. Tanto mais que, longe de se confinar ao fenómeno bélico e nobiliárquico, a heráldica conheceu uma difusão que a levaria a ser usada nas mais variadas ocasiões e a atingir praticamente todos os segmentos sociais, além de se ter espalhado com celeridade por todo o Ocidente⁵. As causas de tal sucesso são variadas, mas deve insistir-se na questão fundamental do incremento da comunicação intercomunitária, com o progressivo declínio da autarcia, e na consequente necessidade de meios de identificação mais eficazes⁶.

3 Édouard Bouyé - L'Église médiévale et les armoiries : histoire d'une acculturation. *Mélanges de l'Ecole française de Rome – Moyen Âge* 113 (2001), pp. 493-542.

4 Laurent Hablot – Entre pratique militaire et symbolique du pouvoir, l'écu armorié au XIIe siècle. In *Estudos de Heráldica Medieval*. Coord. Miguel Metelo de Seixas e Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais/Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos/Caminhos Romanos, Lisboa, 2012, pp. 143-166.

5 Michel Pastoureau - *Traité d'héraldique*. Paris : Picard, 1993, pp. 37-46.

6 Faustino Menéndez Pidal – *Los emblemas heráldicos. Novecientos años de historia*. Sevilla: Real Maestranza de Caballería, 2014.

Tais sinais de comunicação, numa sociedade maioritariamente iletrada, tenderiam a ser de natureza sonora e visual, não-escrita: daí a projecção da heráldica e da antroponímia, instrumentos identitários inseparáveis um do outro em diversos sentidos (incluindo uma dimensão propriamente sonora)⁷. A adesão do clero à heráldica fez-se, portanto, a reboque do resto da sociedade. E frequentemente a contragosto. Até certo ponto, existia mesmo alguma incompatibilidade entre a estética heráldica e aquilo que, até então, haviam sido os princípios norteadores da auto-representação da hierarquia eclesiástica, designadamente episcopal. Inconciliabilidade morigerada, é certo, pelo vértice comum da fusão entre ideal piedoso e cavaleiresco, dupla aproximação patenteada por um lado pela ética do cavaleiro cristão e por outro pela figura do monge guerreiro. Essa junção permitiu que a assunção de emblemas heráldicos pelos clérigos parecesse gradualmente menos estranha, mais defendível. Em obras recentemente publicadas, tal progressiva integração tem vindo a ser evidenciada, quer no caso do clero catedralício português⁸, quer no dos prelados olisiponenses⁹. Tal como estas fontes comprovam, a relutância em adoptar o código heráldico pelas diversas instâncias da Igreja acabou por criar uma vertente peculiar: aquilo que se designa por “heráldica eclesiástica”, na qual coexistem a liberdade para incluir sinais autónomos no interior do escudo (normalmente articulando armas de família com elementos expressivos de devoção religiosa), com uma progressiva rigidez nos elementos exteriores ao escudo, expressivos da posição do armígero na hierarquia da instituição¹⁰. As idiosincrasias da heráldica eclesiástica levaram, aliás, a um esforço consistente para a sua teorização, patente logo no primeiro tratado dedicado à matéria heráldica pelo jurisconsulto Bartolo da Sassoferrato, tendendo a adquirir maior complexidade nos subseqüentes tratados de armaria medievais e modernos¹¹.

Na sua complexidade (dever-se-á dizer polivalência?), a heráldica eclesiástica encontrava-se plenamente firmada no século XIV, sobretudo nos quadros mais elevados

7 Cf. Torsten Hiltmann – « Or oyez ... » Les hérauts d'armes dans l'espace sonore. In *Les paysages sonores du Moyen Âge à la Renaissance*. Dir. Laurent Hablot e Laurent Vissière. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2016, pp. 173-184.

8 Anísio Miguel de Sousa Saraiva; Maria do Rosário Barbosa Morujão; Miguel Metelo de Seixas – *Héraldique des sceaux du clergé séculier portugais au Moyen Âge*. In *Héraldique et Numismatique II – Moyen Âge – Temps Modernes*. Coord. Yvan Loskoutoff. Le Havre: Presses Universitaires de Rouen et du Havre, 2014, pp. 153-173.

9 Miguel Metelo de Seixas – A heráldica dos bispos e arcebispos de Lisboa. In *Bispos e Arcebispos de Lisboa*. Coord. João Luís Inglês Fontes, António Camões Gouveia, Maria Filomena Andrade e Mário Farelo. Lisboa: Livros Horizonte, 2018, pp. 691-701.

10 Miguel Metelo de Seixas – Os ornamentos exteriores na heráldica eclesiástica como representação da hierarquia da Igreja Católica. *Lusiada. Revista de Ciência e Cultura. Série de História*, 2/1 (2004) 55-72.

11 Claire Boudreau – L'héraldique ecclésiastique théorique de Bartolo de Sassoferrato (1355) à Jean Scohier (1607+). In *L'Héraldique Religieuse. Actes du X^e Colloque International d'Héraldique*. Ed. Claus D. Bleisteiner. München: Académie Internationale d'Héraldique, 1999, pp. 29-52.

desta instituição. Seria impensável, assim, que um prelado desta época não fizesse uso de armas. Mais ainda se tratando do arcebispo primaz das Espanhas, como era o caso de D. Lourenço Vicente, que, no término da sua carreira, ocupou a cátedra bracarense. Em Portugal, talvez o exemplo mais profuso que subsista do aparato heráldico de um prelado coetâneo seja o de D. Gonçalo Pereira, também ele titular, no final do seu percurso eclesiástico¹², da cátedra primacial de Braga¹³.

Infelizmente, porém, o património heráldico de D. Lourenço Vicente não conheceu sorte similar ao de D. Gonçalo Pereira. Na verdade, os seus vestígios armoriados coevos conhecidos dividem-se em duas categorias: selos, e pedras de armas da capela funerária¹⁴. Analisemos aqueles. O primeiro foi dado a conhecer por Francisco de Simas Alves de Azevedo a partir de um exemplar conservado no Arquivo Distrital de Braga, pendente de um documento datado de 1393, e que apresenta “em escudo ogival, um leão rompante e em chefe três rosas (?). Por detrás do escudo a cruz prelatícia, simples”¹⁵. Quanto à figura principal, o leão, deve à partida referir-se que se trata do animal mais difundido na heráldica ocidental, por ser considerado como o “rei dos animais” pelos bestiários medievais¹⁶; também em Portugal, o leão, por motivos idênticos a que se soma o facto de constituir o emblema falante do vizinho e prestigioso reino de Leão, gozou de uma presença relevante, entrando nas armas de diversas linhagens¹⁷.

12 Maria Helena da Cruz Coelho – Gonçalo Pereira. In *Bispos e Arcebispos de Lisboa*. Coord. João Luís Inglês Fontes, António Camões Gouveia, Maria Filomena Andrade e Mário Farelo. Lisboa: Livros Horizonte, 2018, pp. 261-276.

13 Cf. Anísio Miguel de Sousa Saraiva; Maria do Rosário Barbosa Morujão – A sigilografia eclesiástica medieval portuguesa no *Archivo Histórico Nacional* de Espanha. In *Estudos de Heráldica Medieval*. Coord. Miguel Metelo de Seixas e Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais/Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos/Caminhos Romanos, 2012, pp. 106-115; Teresa Alarcão – As vestes funerárias de D. Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga. In *O Clero Secular Medieval e as suas Catedrais: novas perspectivas e abordagens*. Coord. Maria do Rosário Morujão e Anísio de Sousa Saraiva. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa / Universidade Católica Portuguesa, 2014, pp. 369-386; Paulo Monteiro; Madalena Serra – Lampasso medieval: estudos e conservação de fragmentos têxteis pertencentes ao túmulo do arcebispo D. Gonçalo Pereira. In *Actas do I Encontro Luso-Brasileiro de Conservação e Restauro*. Ed. Gonçalo Vasconcelos e Sousa e Eduarda Vieira. Porto: Escola das Artes/ Universidade Católica Portuguesa, 2012, pp. 63-67; Miguel Metelo de Seixas – A heráldica dos bispos..., pp. 693-695.

14 O próprio túmulo, certamente armoriado, há muito não existe, substituído em reformas posteriores. Para uma apreciação geral da tumulária episcopal portuguesa coeva, cf. Anísio Miguel de Sousa Saraiva, Carla Varela Fernandes, Maria do Rosário Barbosa Morujão – *Mémoire au-delà de la mort: les évêques portugais et leurs monuments tumulaires au Moyen Âge*, In *L'évêque, l'image et la mort. Identité et mémoire au Moyen Âge*. Dir. Nicolas Bock, Ivan Foletti e Michele Tomasi. Roma: Viella, 2014, pp. 141-189.

15 Francisco de Simas Alves de Azevedo – Esboço dum *Corpus* Sigilográfico-Heráldico. *Armas e Troféus* II-4 (1963), p. 48.

16 Michel Pastoureau – Quel est le roi des animaux ? In *Figures et couleurs. Étude sur la symbolique et la sensibilité médiévales*. Paris: Le Léopard d'Or, 1986, pp. 159-176.

17 José Guilherme Calvão Borges, Heráldica de família em Portugal – Algumas singularidades (um estudo de heráldica comparada). *Anais da Academia Portuguesa da História*, II-41 (2003), pp. 310-345.

Quanto às rosas colocadas em chefe (isto é, no terço superior do escudo), aquele mesmo autor, ao examinar uma iluminura a que adiante se aludirá também, levantou alguns anos mais tarde a seguinte hipótese: “poderá pensar-se que seriam três rosas vermelhas, a tão conhecida *badge* da Casa de Lencastre, e que tal chefe teria sido um acrescentamento honroso, dado pelo duque de Lencastre ao colaborador de seu genro, ao procurador enviado pelo rei de Portugal a Celanova”¹⁸. (fig. 11)

Esta hipótese interpretativa foi retomada pelo marquês de Abrantes ao analisar as versões que conheceu do selo de D. Lourenço Vicente. A primeira compreendia “no interior de um nicho ogival encimado por um baldaquino gótico, a cena da Anunciação: à esquerda em relação ao observador, e volvido para a direita, o Arcanjo Gabriel segurando nas mãos um filactério com os dizeres AVE MARIA GRATIAE PLENA, e enfrentando a Virgem. Este nicho encontra-se ladeado por dois escudos do tipo peninsular iguais entre si e carregados, cada um, com um leão rompante, tendo *chefes* carregados de três rosas”¹⁹. Avançou ainda este autor no sentido de propor uma identificação do leão das armas do prelado bracarense com a heráldica da família Valente, por julgar ser ele “parente mais ou menos próximo dos Valentes, administradores do morgadio da Póvoa, teoria de que a semelhança das armas é um argumento – mas apenas um deles – favorável”²⁰. Tal hipotético parentesco havia sido de facto apontado por este autor em artigo publicado anteriormente, no qual procurava traçar a origem do leão dos Valentes, propondo a sua relação com as armas das linhagens antigas de Coelho e de Vasconcelos²¹.

Um segundo selo reproduzido e estudado pelo marquês de Abrantes corresponde ao modelo já divulgado por Simas de Azevedo, embora associado a outro documento, datado de 1388²². Por fim, uma terceira modalidade sigilar deste arcebispo de Braga é assim descrita: “no interior de dois duplos arcos ogivais concêntricos, por entre os quais se situa a legenda, deparam-se dois nichos ocupados por imagens de santos inidentificáveis, e encimados por um baldaquino gótico. Em baixo, noutra nicho ogival, distingue-se a figura de um prelado mitrado orante. Este terceiro nicho encontra-se

18 Francisco de Simas Alves de Azevedo – Meditações heráldicas – XIX – Heráldica portuguesa em iluminuras estrangeiras. *Armas e Troféus*, II-8 (1967), p. 105.

19 D. Luiz Gonzaga de Lancastre e Távora, Marquês de Abrantes – *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa. I. Panorama dos estudos sigilográficos no nosso País e normas para a sua sistematização. II. Esboço de um Corpus Esfragístico Medieval Português*. Lisboa: ICALP, 1983, p. 134.

20 *Ibidem*, p. 134.

21 D. Luiz Gonzaga de Lancastre e Távora, Marquês de Abrantes – A heráldica da Casa de Abrantes – III – Valentes e Castelo-Brancos. *Armas e Troféus* II-10 (1969), p. 237.

22 D. Luiz Gonzaga de Lancastre e Távora, Marquês de Abrantes – *O Estudo da Sigilografia Medieval...*, 1983, p. 137.

ladeado por dois escudos do tipo peninsular contendo, cada um, um leão rompante e um *chefe*, já muito indistinto”²³.

Para verificação de o chefe corresponder a acrescentamento, designadamente outorgado pelo duque de Lancastre, seria determinante a comparação com exemplares cuja datação fosse mais precoce. Infelizmente, nada se encontrou a respeito. Assim, o selo que ainda hoje autentica sentença de 1376 (ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2.^a incorporação, m. 51, n.º 2005) encontra-se ilegível. Em estado de conservação muito superior, mas sem que se consiga verificar ou desmentir a existência de chefe, há ainda a registar o selo que valida, em 1385, o auto de aclamação de D. João I (ANTT, *Gavetas*, Gaveta 13, m. 10, n.º 12). Provindo de matriz diversa da dos selos anteriormente mencionados, a figura do arcebispo surge entre dois escudos, presumivelmente das suas armas, tendo sotoposta a figuração da Mãe de Deus. (fig. 12)

Este conjunto de testemunhos sigilográficos permite traçar um determinado “perfil heráldico” de D. Lourenço Vicente, evidenciando o cuidado posto pelo prelado na sua auto-representação. Observa-se, em primeiro lugar, a prolixidade das matrizes sigilares, de que se conhecem, portanto, pelo menos quatro exemplares. Atendendo à qualidade da gravação, deduz-se que o arcebispo não recuou perante os custos associados à produção destes objectos, que tinham que sair das mãos de artífices especializados²⁴. Em segundo lugar, verifica-se a articulação dos sinais heráldicos com outros recursos iconográficos, como era usual nos prelados coetâneos, envolvendo a representação hierática do arcebispo com as vestes litúrgicas identificativas da sua dignidade, e a representação da sua devoção a Nossa Senhora, patente na figuração como orante, bem como aos seus santos tutelares (talvez os mártires Lourenço e Vicente, ambos alvo de culto intenso na época, e directamente relacionados com a onomástica do prelado). Do ponto de vista estritamente heráldico, forçoso é constatar a impossibilidade de ir além na identificação da família do sigilante, aguardando fundamentação mais sólida a hipótese, aludida pelo marquês de Abrantes, de um possível parentesco com os Valentes, morgados da Póvoa.

23 D. Luiz Gonzaga de Lancastre e Távora, Marquês de Abrantes – *O Estudo da Sigilografia Medieval...*, pp. 297.

24 Cf. Torsten Hiltmann – Arms and Art in the Middle Ages. Approaching the Social and Cultural Impact of Heraldry by its Artisans and Artists. In *Heraldic Artists and Painters in the Middle Ages and Early Modern Times*. Ed. Torsten Hiltmann e Laurent Hablot. Ostfildern: Thorbecke, 2018, pp. 11-23; Laurent Hablot – Art, esthétique et productions héraldiques au Moyen Âge. Considérations générales. In *Heraldic Artists and Painters in the Middle Ages and Early Modern Times*. Ed. Torsten Hiltmann e Laurent Hablot. Ostfildern: Thorbecke, 2018, pp. 24-41.

O chefe carregado de três rosas merece atenção especial. A partilha de sinais heráldicos estava a tornar-se, no século XIV, uma prática usual entre os príncipes do Ocidente, abrangendo tanto os próprios soberanos como os membros das famílias proeminentes da nobreza curial²⁵. A Casa real inglesa assumiu, neste campo, um lugar de destaque pela profusão emblemática dos seus membros e pela intensidade de significado político de que tais práticas se revestiam²⁶. Dentro desta dinastia, o duque de Lancastre afirmou-se como um dos principais criadores de modas heráldicas, evidenciando uma propensão para colocar tais recursos ao serviço das suas ambições políticas: a partilha dos sinais emblemáticos funcionava como instrumento de fidelização, mas também como acto de propaganda destinado a tornar patente a extensão da sua influência. Contudo, deve apontar-se que não são conhecidas partilhas efectivas das armas ou da empresa do citado duque de Lancastre²⁷.

Na base da proposta suscitada, primeiro por Francisco de Simas Alves de Azevedo e depois pelo marquês de Abrantes, terá estado o conhecimento de casos inequívocos desta partilha, posto que cerca de um século mais tardios, como sejam os Loronhas²⁸, Almadas, de Pedro Álvares de Almada²⁹ e Fogaças, de António Fogaça³⁰. Do mesmo modo, terá sido determinante o grande sucesso que, entre as demais, teve a empresa da rosa, hoje inequivocamente símbolo floral da Inglaterra. É conhecida a atribuição das rosas vermelha e branca aos dois ramos desavindos dos Plantagenetas, Lancastres e Iorques, que mutuamente se neutralizaram no conflito precisamente apelidado de guerra *das duas rosas*, dando origem a uma terceira rosa, a Tudor, como fusão das duas primeiras.

25 Laurent Hablot – *Affinités héraldiques. Concessions, augmentations et partages d'armoiries en Europe au Moyen Âge*. Paris: École Pratique des Hautes Études, 2015.

26 Adrian Ailes – *Heraldry in Medieval England: Symbols of Politics and Propaganda*. In *Heraldry, Pageantry and Social Display in Medieval England*. Ed. Peter Cross e Maurice Keen. Suffolk: The Boydell Press, 2002, p. 98.

27 Laurent Hablot – *Affinités héraldiques...*

28 Anselmo Braamcamp Freire – *Armaria Portuguesa*. Lisboa: Cota d'Armas Editores e Livreiros, 1989, p. 276.

29 Artur Vaz-Osório da Nóbrega – *Pedras de armas e armas tumulares do Distrito de Braga – VII – Cidade de Guimarães – 1*. Braga: Assembleia Distrital de Braga, 1981, p. 103.

30 António Pedro de Sousa Leite - A rosa vermelha de Henrique VIII num brasão de armas português. *Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Libris*, 69-70 (1974), pp. 68-70.

Convém, contudo, notar que, nos finais do século XIV, a rosa é apenas uma entre muitas empresas em uso e, plausivelmente, até nem das que teriam mais sucesso nos vários ramos da família real. Aparentemente herdada de Leonor de Provença, mulher de Henrique III, a rosa dissemina-se pela descendência de Eduardo I e de seus irmãos, entre os quais Edmundo, genearca da primeira casa de Lancastre, que se extinguiria no sogro de João de Gand.

Este último duque de Lancastre, no seu selo, prefere acompanhar as suas armas por outras empresas, como seja a de um falcão abrindo um cadeado³¹. De igual modo, no seu túmulo que se encontrava na catedral londrina de São Paulo, tinha sobreposto um chamado “escudo de paz”, contendo em campo negro três plumas de avestruz de arminhos, em admirável contraponto, com a diferenciação devida (por incorporação do seu lambel de arminhos), a idêntica prática, ainda hoje visível, por seu irmão primogénito, o Príncipe Negro, na catedral de Cantuária³². Se os vitrais da capela fúnebre ostentavam as mesmas plumas³³, a demais ornamentação, do túmulo e dos objectos deixados à catedral, continha rosas sem aparente preferência a outras empresas, como águias ou falcões³⁴, isto para além das referidas plumas de avestruz.

Os usos dos últimos Plantagenetas apontam para uma maior relevância da rosa no que se refere à casa de Iorque, aliás em relação com a figuração de um sol. Conhece-se que em 1461 Eduardo IV concedeu a um legado papal e a seus sobrinhos, portanto com intuito hereditário, o uso de uma rosa em chefe³⁵.

Em sentido concordante com a qualidade tardia da oposição de rosas, Michael Powell Siddons situa a primeira referência à rosa vermelha, com a natureza fulcral que hoje conhecemos, pouco antes do advento da dinastia Tudor³⁶, ainda durante o exílio do futuro Henrique VII. Será avisado não criar retroprojeções, designadamente evitando fáceis paralelos com práticas apenas documentadas em decénios muito posteriores à vida do arcebispo bracarense.

31 John Harvey Pinches; Rosemary V. Pinches – *Royal Heraldry of England*. London: Heraldry Today, 1974, p. 77.

32 Michael Powell Siddons – *Heraldic Badges in England and Wales*. Woodbridge: The Boydell Press, 2009, vol. II-1, p. 181.

33 John Harvey Pinches; Rosemary V. Pinches – *Royal Heraldry of England*. London: Heraldry Today, 1974, p. 78.

34 *Ibidem*, p. 79.

35 Michael Powell Siddons – *Heraldic Badges in England and Wales...*, vol. I, p. 11.

36 Michael Powell Siddons – *Heraldic Badges in England and Wales...*, vol. II.1, p. 213.

Como se disse acima, a prática de semelhante tipo de partilha heráldica tampouco se encontra documentada para a época em Portugal. A ausência desta prova, como é sabido, não constitui testemunho da sua ausência, não sendo liminarmente de excluir que ela pudesse existir, atendendo a diversos factores: o incremento da representação conjunta de armas, como sucede no tecto da colegiada de Nossa Senhora da Oliveira em Guimarães, provavelmente em associação com a vitória de Aljubarrota³⁷, enquadrada aquela obra em reforma incluída no voto feito por D. João I antes da batalha; o desenvolvimento de uma cultura heráldica cada vez mais sofisticada, como se prova pela redacção do primeiro armorial conhecido, que inclui também uma reflexão sobre o ofício de armas³⁸; e as práticas de partilha de figuras e cores emblemáticas entre membros da dinastia reinante e figuras destacadas da corte, patentes logo durante o reinado de D. João I³⁹. Além, claro, do papel próprio que a heráldica veio a desempenhar no processo de centralização do poder real sob a dinastia de Avis⁴⁰.

Todos estes factores viriam a desembocar na gradual apropriação da heráldica como instrumento de afirmação do poder régio e de um novo ideal de nobreza, posto ao serviço do príncipe⁴¹, e que de facto incluiria, mas só a partir do reinado de D. Afonso V, pelo menos quanto actualmente se pode afiançar, a concessão de acrescentamentos honrosos⁴². Cite-se ainda a propósito a hipótese levantada pelo marquês de Abrantes, de acrescentamento de uma flor de lis dada por Ricardo II de Inglaterra a Lourenço Anes Fogaça⁴³.

37 Luís Ferros – A decoração heráldica do tecto da igreja da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira. In *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e Sua Colegiada. 850.º Aniversário da Batalha de S. Mamede (1128-1978)*. Guimarães: s.n., 1981, vol. IV, pp. 383-401.

38 Werner Paravicini – Signes et couleurs au Concile de Constance: le témoignage d'un héraut d'armes portugais. In *Signes et couleurs des identités politiques. Du Moyen Age à nos jours*. Dir. Denise Turrel, Martin Aurell, Christine Manigand, Jérôme Grévy, Laurent Hابلot e Catalina Girbea. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2008, pp. 155-188.

39 Miguel Metelo de Seixas – Emblématique, dévotion, espace sacré : l'exemple de Jean Ier au monastère de Batalha. In *Images and Liturgy in The Middle Ages Creation, Circulation and Function of Images between West and East in the Middle Ages (5th-15th centuries)*. Coord. Carla Varela Fernandes; Manuel Antonio Castiñeiras González. Lisboa: Documenta, 2021, pp. 521-550; Miguel Metelo de Seixas; João Bernardo Galvão-Telles – Elementos de uma cultura visual e dinástica: os sinais heráldicos e emblemáticos do rei D. Duarte. In *D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade*. Coord. Catarina Fernandes Barreira e Miguel Metelo de Seixas. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais/Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos, 2014, pp. 257-284.

40 Miguel Metelo de Seixas – Motivos jacobeus na emblemática quatrocentista da Casa de Avis. *Ad Limina*, 11/11 (2020), pp. 153-182.

41 Miguel Metelo de Seixas; João António Portugal – À sombra dos príncipes. A heráldica dos Sousas no mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha. In *A Capela dos Sousas no Mosteiro da Batalha*. Coord. Pedro Redol e Saul António Gomes. Batalha: Município da Batalha, 2012, pp. 27-63.

42 Humberto Nuno Lopes Mendes de Oliveira; Miguel Metelo de Seixas – As armas de D. Vasco da Gama e os acrescentamentos honrosos na heráldica portuguesa dos séculos XV e XVI. *Tabardo* 1 (2002), pp. 31-55.

43 D. Luiz Gonzaga de Lancastre e Távora, Marquês de Abrantes – *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa...*, pp. 131.

Deve, em todo o caso, assinalar-se a possibilidade de outras explicações para a presença de rosas no escudo de D. Lourenço Vicente.

Ao longo do século XIV, difunde-se a utilização da rosa como emblema mariano, como fica patente, por exemplo, na evocativa designação da igreja e mosteiro da Flor da Rosa, fundados por D. Álvaro Gonçalves Pereira⁴⁴, cujo nome poderá aludir também à passagem deste prior hospitalário pela sede da ordem em Rodes (a “ilha da Rosa”, em grego). Tal conotação floral da devoção mariana encontra-se igualmente presente no loudel com que D. João I combateu em Aljubarrota e que depois legou, juntamente com outros objectos simbólicos e preciosos, à colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães. Anterior, portanto, ao casamento com D. Filipa de Lancastre, tal peça de vestuário exprime de forma inequívoca a utilização dos ramos de roseira por parte daquele que pouco tempo depois se tornaria rei e adoptaria outra rosácea, o pilriteiro, como empresa própria⁴⁵. Após o matrimónio, a conotação lancastriana da rosa veio articular-se sem problema com a mensagem mariana inicial: nas empresas tardo-medievais, tal acumulação de sentidos revelava-se desejável, pois elas assumem-se, por natureza, como sinais polissémicos. As rosas – ou outras rosáceas – serão, por isso, amplamente utilizadas por diversos membros da Casa de Avis, acentuando o jogo semântico entre flor mariana e flor dinástica, até à época reformista de D. João III, que procurará limar estas manifestações de uma religiosidade então considerada ultrapassada. Tendo em consideração a proximidade e convivência entre D. João I e D. Lourenço Vicente, não seria de estranhar que este assumisse no seu escudo as rosas como emblema de uma devoção mariana partilhada com o soberano – e, de resto, característica da religiosidade da época. Talvez tal partilha fosse entendida como um sinal do companheirismo de armas que unira rei e arcebispo na jornada de Aljubarrota, abençoada, aos olhos da época, com a intercessão milagrosa e decisiva da Virgem. A confirmar esta possibilidade, lembre-se que outro dos actores cruciais para a vitória, o próprio condestável D. Nuno Álvares Pereira, trazia nesta ocasião, conforme afixa o cronista Fernão Lopes, “huma jaqueta de pano de laã verde, toda borlada de roseiras”⁴⁶, em consonância com a presença da Virgem na sua bandeira⁴⁷.

44 Jorge Rodrigues; Paulo Pereira – *Santa Maria de Flor da Rosa: um estudo de história da arte*. Crato: Câmara Municipal do Crato, 1986.

45 Isabel Paço d'Arcos – O pilriteiro, empresa de D. João I. *Tabardo* 3 (2006), pp. 57-66.

46 Fernão Lopes – *Crónica de D. João I*. Ed. M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1990, vol. II, p. 92.

47 Miguel Metelo de Seixas; João Bernardo Galvão-Telles – O condestável D. Nun'Álvares e as armas dos Pereiras revisitadas. In *Olhares de hoje sobre uma vida de ontem. D. Nuno Álvares Pereira: homem, herói e santo*. Coord. Humberto Nuno de Oliveira, Cristina Moita e Ismael Pereira Teixeira. Lisboa: Universidade Lusíada Editora / Ordem do Carmo em Portugal, 2009, pp. 205-217.

Além dos seus selos armoriados, D. Lourenço Vicente ostentaria decerto as suas armas em muitas outras manifestações patrimoniais: lamentando que apenas algumas delas tenham chegado até aos nossos dias, pode, contudo, supor-se que existiriam em profusão, ornamentando objectos de uso solene ou quotidiano, vestes e alfaia litúrgicas, tecidos decorativos, pedras colocadas em edifícios construídos ou remodelados sob sua iniciativa, incluindo, porventura, a igreja matriz da Lourinhã, vila de que o prelado fez questão de se mencionar como natural nas suas disposições testamentárias⁴⁸. Não foi, todavia, na sua terra natal que D. Lourenço quis ser sepultado, mas sim no último local onde exerceu o múnus episcopal, a prestigiosa catedral bracarense. Escolha natural, tendo em conta o percurso eclesiástico que o havia elevado a primaz do reino.

Assim, o prelado erigiu na sé de Braga uma capela funerária própria, dedicada a Nossa Senhora da Anunciação e aos Santos Lourenço e Vicente (facto que vem confirmar que são estes os figurados no seu selo), que dotou convenientemente⁴⁹. No centro deste espaço, erguia-se o sepulcro do arcebispo, que é legítimo supor ser obra monumental, condicente com os custos elevados e as diversas dificuldades espaciais e institucionais para erigir uma capela funerária dentro da sé (na verdade, apenas três outros titulares lograram fazê-lo: São Geraldo, D. João Martins de Soalhães e, como se viu, D. Gonçalo Pereira). O esplendor deste recinto viria a ser ainda acrescentado pela transferência dos corpos do conde D. Henrique e da rainha D. Teresa, pais do primeiro rei de Portugal, colocados em túmulos novos inseridos em arcossólios por determinação do arcebispo D. Diogo de Sousa⁵⁰, o que veio a difundir nova nomenclatura da capela, a partir de então dita “dos Reis”. Infelizmente, este espaço foi remodelado em 1663, procedendo-se à trasladação do seu fundador para novo sepulcro, certamente de dimensões mais reduzidas, também ele inserido num arcossólio, sobre o qual se colocou o corpo mumificado (encontrado incorrupto) dentro de uma urna de vidro. Tal conjunto funerário refundido foi encimado por um escudo talhado em madeira policromada, de feitura igualmente moderna, apresentando campo de prata com um leão de verde, assente sobre uma cartela e envolvido pelo chapéu eclesiástico da mesma cor, com seis borlas por cada lado, dispostas em três fileiras, indicativo também ele da dignidade episcopal. Na série de retratos conservados no paço arquiepiscopal bracarense, obra

48 José Marques – O testamento de D. Lourenço Vicente. In *Homenagem à Arquidiocese Primaz nos 900 anos da Dedicção da Catedral*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1993, pp. 183-239.

49 Ambrósio de Pina – Os bens da capela de D. Lourenço Vicente, arcebispo de Braga e combatente de Aljubarrota. *Bracara Augusta* XVIII-XIX/41-42 (1965), pp. 122-138.

50 Ana Maria Rodrigues – A comemoração dos defuntos nos finais da Idade Média. In *A Catedral de Braga. Arte. Liturgia e música dos fins do século XI à época tridentina*. Coord. Ana Maria Rodrigues e Manuel Pedro Ferreira. Lisboa: Arte das Musas / CESEM, 2009, p. 141.

hodierna, D. Lourenço aparece acompanhado de um escudo elíptico de ouro com um leão de negro. Em ambos os casos, a policromia deve ser entendida como pouco fiável, uma vez que, quer a talha, quer a pintura, são muito posteriores à época daquele prelado e foram objecto de repintes.

Em contrapartida, da edificação primitiva sobram diversas chaves de fecho de abóboda armoriadas. Quatro delas exibem as armas do comanditário, sendo duas com o leão voltado (isto é, virado para a sinistra heráldica, direita do observador, numa postura contrária à que é habitual) e duas com o leão em posição normal⁵¹. As duas primeiras exibem também uma outra configuração insólita: o escudo é rodeado por uma bordadura, relevada em relação ao campo, no chefe da qual figuram as três rosas; ao passo que nas duas segundas tal bordadura encontra-se ausente, reduzida a um mero bordo de delimitação, e o chefe está nitidamente representado (ainda que diminuto) e carregado com o mesmo número de rosas. (fig. 13)

Acresce que, nestas últimas duas pedras, a estilização do leão se revela muito mais cuidada: a fera heráldica patenteia-se em expressivo arreganho e movimento. Tal desconformidade das representações heráldicas pode relacionar-se com a dualidade construtiva da capela, já apontada⁵². Além destas quatro pedras com as suas armas, a capela de D. Lourenço exhibe ainda outra com um escudo em formato de lágrima contendo as quinas reais portuguesas, assente sobre uma cruz florenciada, que Vaz-Osório da Nóbrega identificou como as armas usadas pelo Mestre de Avis antes da sua eleição como rei, ou imediatamente após ela⁵³. Esta presença, algo insólita, vem reforçar o argumento atrás exposto de que as rosas do escudo do arcebispo podem ser entendidas como um sinal da causa comum que o uniu ao fundador da dinastia de Avis, ao lado de quem o prelado chegou a combater em Aljubarrota. A profundidade desta conexão colhe satisfação nas missas com que o prelado dotou a sua capela funerária, celebradas pelas almas dele próprio, de seus pais e avós, de D. Teresa e D. Henrique (facto que talvez tenha contribuído para que mais tarde os seus corpos tivessem sido transferidos da cabeceira da catedral para aqui, como se viu), e pela alma de todos os reis portugueses⁵⁴.

51 Artur Vaz-Osório da Nóbrega – *Pedras de armas e armas tumulares do Distrito de Braga – I – Cidade e Concelho de Braga – 1 – Cidade*. Braga: Junta Distrital de Braga, 1970, pp. 83-89.

52 José Custódio Vieira da Silva; Luís Urbano Afonso – A arquitectura e a produção artística. In *A Catedral de Braga. Arte. Liturgia e música dos fins do século XI à época tridentina*. Coord. Ana Maria Rodrigues e Manuel Pedro Ferreira. Lisboa: Arte das Musas / CESEM, 2009, p. 61.

53 Artur Vaz-Osório da Nóbrega – *Pedras de armas e armas tumulares...*, 1970, pp. 91-92.

54 Ambrósio de Pina – Os bens da capela de D. Lourenço Vicente...

Importa ainda mencionar a célebre iluminura que representa o encontro entre D. João I e o duque de Lancastre, na Ponte do Mouro, em Monção, tal como se encontra em manuscrito das *Anciennes et nouvelles chroniques d'Angleterre*, de Jehan de Wavrin⁵⁵. Sendo este manuscrito datado da década de sessenta ou de setenta do século XV, portanto oitenta ou noventa anos depois dos factos que retrata, é, ainda assim, o elemento mais antigo que, a fazer fé, nos pode revelar os esmaltes das armas de D. Lourenço. (fig. 14)

Em paralelo nem sempre perfeito entre texto e imagem, aquele dá-nos como intervenientes, para além de D. João I e de seu futuro sogro, o arcebispo de Braga e dois bispos (na imagem surgem quatro prelados mitrados; outras versões do texto são mais completas identificando os bispos como sendo os de Coimbra e do Porto), nomeando-se ainda o condestável da hoste castelhano-inglesa John of Holland, recém-casado com a irmã mais nova de D. Filipa de Lancastre, mais tarde conde de Huntingdon e duque de Exeter, meio-irmão de Ricardo II e bisneto de Eduardo I.

Observada a iluminura e sendo evidente o papel central de D. João I, é de admitir que, imediatamente à sua dextra se encontre, não o duque de Lancastre, mas sim o seu genro John of Holland. Na verdade, o duque de Lancastre encontrar-se-á sentado no topo direito (esquerdo para o observador) da mesa, identificado pelo esquartelado de França e de Inglaterra, em escudo que tem sobre si (o iluminador não considerou necessário apor qualquer diferença) e usando traje muito similar ao do seu anfitrião e futuro genro, sendo estas as únicas figuras que envergam cabeção de arminhos.

Mostrando-se o rei de Portugal identificado por uma versão razoavelmente correcta das suas armas (passando a cruz de Avis de verde a ouro) e tendo por detrás pano com ornamentação floral (em que sobressaem rosas), é de esperar que o prelado à sua esquerda seja D. Lourenço Vicente, único arcebispo presente, diferenciado dos demais prelados pela colocação discreta, por trás, da sua cruz processional. Por cima, encontra-se ainda um escudo de azul com bem desenhado leão de ouro.

Parecendo inequívoca a identificação destas armas com o único arcebispo presente e sentado desse lado da mesa, que consabidamente usou de um leão, a ausência do chefe e das rosas seria elemento tentador para dar como provada a hipótese de concessão lancastriana. Se não deixa de surpreender o conhecimento heráldico aparentemente manifestado pelo iluminador (as armas do arcebispo, como aliás as do rei ou do duque, não constam de nenhuma versão do texto encontrada, não se podendo excluir a existência de outra fonte, como seja manuscrito mais antigo ou, no limite, a verificação da mais pura coincidência com armas fantasiadas), seria decerto inviável pretender que a

55 British Library, Royal MS 14 E IV, fl. 244v.

alegada modificação de armas fosse de tal modo conhecida que suscitasse semelhante rigor cronológico na sua representação.

Num outro plano, a centralidade do papel de D. Lourenço Vicente na narrativa mostra-se muito reforçada pela sua representação heráldica. Veja-se, por exemplo, que John of Holland, expressa e reiteradamente referido no texto, usava armas tão conhecidas como as de Inglaterra, diferenciadas por bordadura de prata semeada de flores de lis de ouro. Mesmo que com erro na diferença ou omitindo-a, seria seguramente mais fácil a um iluminador flamengo de meados do século XV, trabalhando para o rei de Inglaterra, conhecer e escolher representar as armas de um duque inglês, do que as de um arcebispo lusitano.

É tempo de regressarmos à Lourinhã. E, na sua terra natal que D. Lourenço Vicente explicitamente recorda até ao fim da vida e até depois, com o seu interesse pelas sepulturas familiares, mostra-se pelo contrário gritante a ausência de qualquer vestígio, designadamente heráldico. As campas que, ao início da nave da Igreja de Santa Maria do Castelo, são tradicionalmente atribuídas à sua família mais próxima não contêm qualquer inscrição epigráfica ou heráldica.

As arcas à entrada da igreja não são passíveis, pelo menos inelutavelmente, de qualquer relação com D. Lourenço Vicente. Naquela que se encontra à direita de quem entra, a tampa contém alguns elementos gravados que, a olho nu, não permitem senão discernir a presença de uma espada e do que parece uma flâmula, com estruturas circulares assim qualificáveis como besantes ou arruelas. Parece de cronologia anterior ao período de vida de D. Lourenço.

O túmulo que se encontra à esquerda de quem entra na igreja é mais complexo. Em primeiro lugar, o actual conjunto parece incorporar elementos de dois túmulos diversos, não correspondendo a tampa à arca, quer na cor da pedra, que na desarticulação entre a estrutura e dimensões de uma e de outra.

A tampa ostenta elemento vexilológico sem que se descortine conteúdo próprio, prática comum no século XIV e começo do século XV, dando-se exemplo em família igualmente ligada a esta região do Oeste – os Gomides, com o túmulo ainda hoje existente no convento da Graça em Lisboa⁵⁶.

56 João António Portugal – Dois túmulos: os de Azevedo, In *Estudos de Heráldica Medieval*. Coord. Miguel Metelo de Seixas e Maria de Lourdes Rosa. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais/Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos/Caminhos Romanos, 2012, pp. 387-391.

A arca, por seu lado, apresenta um único escudo, de boa dimensão e com formato compatível com a cronologia proposta, em que se divisa um minguante entre três flores de lis. (fig. 15)

Se se considerar como viável a equivalência ou intermutabilidade entre o minguante e o crescente, estas armas revelam-se idênticas às dos Alardos, família que, nas suas origens lendárias, partilha traços cruzadísticos, similares ao do famoso D. Jordão que se afirma na génese da Lourinhã. De momento, a documentação conhecida apresenta, como elemento mais antigo destas armas, o *Tesouro de Nobreza*, de Francisco Coelho, rei de armas Índia, datado de 1675 e hoje conservado na Torre do Tombo⁵⁷. As armas são aí representadas em campo de vermelho, crescente de prata entre três flores de lis de ouro. (fig. 16)

Há, contudo, uma outra relação emblemática que se pode suscitar. Refere-se a mesma à descendência que se atribui a D. Lourenço Vicente, por um seu filho natural Vasco Lourenço, dando origem a família conhecida dos nobiliários como Veigas, do Arcebispo⁵⁸. Embora por vezes ocorra confusão entre estes Veigas e a família Veiga de Nápoles, de que são exemplos relativamente precoces o armorial de Brás Pereira Brandão e os *Triunfos de la nobleza lusitana y origen de sus blasones*, de António Soares de Albergaria⁵⁹, Frei Manuel de Santo António e Silva, reformador setecentista do Cartório da Nobreza, é claro ao distinguir uns e outros, sendo expresso constarem as armas dos primeiros do “livro dos reys de armas”⁶⁰. Trata-se de um esquartelado, no I e IV, de vermelho, águia de ouro; II e III, de prata, três flores de lis de azul.

Sendo manifesto que nenhum destes elementos, à partida, tem relação com a heráldica consabidamente usada por D. Lourenço Vicente, a ligação à Lourinhã adensa-se, todavia, pelo conhecimento de laje tumular, na igreja de Santa Maria do Olival em Tomar, de Pedro Vaz da Veiga⁶¹, que poderia ser bisneto por varonia do arcebispo, a fazer fé em Alão de Morais.

57 ANTT, *Casa Real*, *Cartório da Nobreza*, liv. 21, fl. 42.

58 Cf. Felgueiras Gayo – *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga: Carvalhos de Basto, 1989-1990, t. 28, 235; Cristóvão Alão de Morais – *Pedatura Lusitana*. Braga: Carvalhos de Basto, 1997-1998, v. 1, 192.

59 BNP, Cód. 1119: 183.

60 *Armas das Famílias*, ANTT, *Casa Real*, *Cartório da Nobreza*, liv. 15: 228.

61 Miguel de Mello e Castro (Alvellos) – *Pedras de armas de Tomar*. Lisboa: Edição de Álvaro Pinto, 1955, pp. 17-18.

As armas presentes nesta sepultura quatrocentista são assaz curiosas, constando de um esquartelado, em que o I e IV apresentam um crescente e um minguante, alinhados em pala, estando no II e III cinco flores de lis. (**fig. 17**)

O escudo é encimado por um minguante que tem sido tomado como timbre. Não parece ser assim, aliás mostrando-se a cronologia contrária à assunção de timbre neste estamento e sendo a representação pouco canónica, pela inexistência de elmo. Pelo contrário, o uso deste minguante como empresa e a sua associação ao escudo condiz com vários exemplos conhecidos desta época e em vários escalões da nobreza.

Em qualquer caso, se persiste a falta de ligação às armas de D. Lourenço Vicente, já algum diálogo se poderia equacionar com a arca que subsiste na Lourinhã, tendo presentes as flores de lis e o minguante. Tudo o que se pudesse por ora mais afirmar seria mera especulação.

Se nada na nave de Santa Maria do Castelo nos fala de D. Lourenço Vicente, convém ainda atentar no espaço mais nobre, qual seja o da capela-mor, lugar propício à explicitação da memória de fundador ou restaurador, tornando-a presente no Sacrifício do Altar pelos séculos dos séculos. Podemos, certamente, vislumbrar a sua presença nas cruces de sagração (tendo em vista o papel desempenhado pelo arcebispo na reabilitação e nova dedicação deste espaço sagrado), já não acompanhando a leitura tradicionalmente feita dos elementos esculpidos ou gravados, aparentemente relacionados com a invocação de santos.

A abóbada da capela-mor apresenta dois escudos e um bocete. Neste último, parece poder ler-se o chamado conjunto de Portugal-antigo, ou seja, as quinas, aqui contidas no próprio elemento arquitectónico, mas estando os escudetes dos lados apontados para fora. (**fig. 18**)

No escudo que fecha a abóbada mais próxima da nave, portanto com menor hierarquia, mostra-se perfeitamente visível uma representação heráldica que certamente se refere ao concelho da Lourinhã. (**fig. 19**)

Sendo conhecidas as armas primitivas deste, por selo de 1250⁶² e por pedra de armas que não será demasiado posterior, preservada no museu municipal, constando de um loureiro (emblema falante, ou seja, em que o nome do signo se aproxima do nome da entidade simbolizada), no primeiro caso arrancado (isto é, com as raízes à mostra) e no segundo caso sainte de ponta ondada (terço inferior do escudo com formato de ondas, de que sai a árvore). (**fig. 20**)

A pedra-de-armas manuelina ainda hoje existente no edifício da antiga câmara municipal é elucidativa quanto à complexificação sofrida nos últimos séculos da Idade Média: em escudo sustido por dois anjos, a árvore falante é cantonada por, em chefe à dextra, um crescente animado, colocado em cortesia (ou seja, um crescente com cara humana e virado para a direita do observador, de modo a fazer frente às demais figuras heráldicas), e por três flores de lis, que razoavelmente se podem descrever como de pé-cortado, lembrando flor de lis que, com esta forma, se encontra esculpida na igreja de Santa Maria do Castelo, em coluna da capela-mor. (**fig. 21**)

Neste local, no escudo da primeira chave de abóbada a contar da nave, o loureiro falante é cantonado por quatro flores de lis, igualmente de pé-cortado ou com estilização que de tal se aproxima, colocadas em aspa e sendo as inferiores apontadas ao centro. O loureiro é flanqueado por dois escudetes de Portugal-antigo, em formato de cadeado, existindo ainda inscrição epigráfica. (**fig. 22**)

Por fim, o escudo na outra chave de abóbada mostra-se de difícil, se não mesmo impossível leitura. Parecendo ainda poder ver-se uma bordadura e estando o escudo em lugar preferencial, há duas hipóteses a levantar: tratar-se-ia do escudo das armas reais ou do patrono do refazimento da igreja, D. Lourenço Vicente, arcebispo de Braga, aqui cabendo lembrar o que se escreveu acima sobre as pedras-de-armas ainda hoje existentes, em localização similar, na Sé de Braga. Esta última hipótese ganha força se a leitura do bocete que acima se fez estiver correcta, sendo portanto credível supor-se que as armas do arcebispo estariam igualmente representadas nesta pedra de fecho de abóbada da igreja lourinhanense.

62 D. Luiz Gonzaga de Lancastre e Távora, Marquês de Abrantes – *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa...*, pp. 182.

Podendo um exame minucioso e de proximidade fornecer mais pistas, em qualquer uma destas soluções mostra-se valorizada a participação do concelho na obra, em enquadramento que não conferia à exibição das respectivas armas um mero sinal de localização, mas sim de verdadeiro empenhamento comunitário.

Deixam-se assim algumas reflexões sobre as escolhas heráldicas de um prelado do século XIV para a construção e perpetuação da sua identidade e memória, intermediadas pelas vicissitudes históricas que levaram à preservação ou ao apagamento desses vestígios identitários.

Quis o destino que a presença de D. Lourenço Vicente, pelo mesmo tão desejada na sua vila natal e em particular na igreja de Santa Maria do Castelo, permanecesse, isto a despeito da ausência de quaisquer elementos coevos que a comemorem. O sentimento identitário que a Lourinhã soube fazer crescer em torno de D. Lourenço é de surpreendente força, inversamente proporcional a essa ausência. Nem sempre as estratégias de memória se mostram eficazes, nem sempre se mostram necessárias.

Nota de agradecimento

Os autores agradecem a colaboração prestada por Maria do Rosário Morujão e Tiago de Sousa Mendes, respectivamente no conhecimento do selo de 1385 e na sinalização da sepultura de Tomar e permissão de uso da sua fotografia.